



ESQUERDA

JUNHO 2010 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 41 | 1€

SEGUIE
OS SEUS
SONHOS
CANCELADO



*Não pagamos
a crise deles*

FOTO EPA OLIVIER HOSLET

> POLÍTICA

CAVACO PROMULGA
CASAMENTO HOMOSSEXUAL

Pag.05

> OPINIÃO

POBREZA E RSI:
O COMBATE DAS IDEIAS

Pag.20

> DOSSIER CRISE

SOBRE A CRISE
E OS MEIOS DE A VENCER

LA CRISE C'EST PAS NOUVEAU
C'EST CHAQUE FIN
D'UN MOIS

Pag.06



22 Maio 2010

**ESCOLA DE FORMAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA
INCONFORMAÇÃO 2010**

FOTO INÊS SANTOS

POLÍTICA

04. Cortes cegos na saúde

05. Cavaco promulga casamento homossexual

DOSSIER CRISE

06. Sobre a crise e os meios de a vencer

Documento elaborado pela Comissão
Política do Bloco de Esquerda

INTERNACIONAL

14. BP: a sombra de Chernobyl

15. Urânio iraniano será enriquecido na Turquia

16. Afeganistão: uso de mercenários marca a diferença Por Tariq Ali

18. O povo grego está a lutar por toda a Europa Entrevista de Amy Goodman a Tariq Ali e Mark Weisbrot

OPINIÃO

20. Pobreza e RSI: o combate das ideias | Por José Soeiro

22. Novo movimento: SOS-SNS | Por Bruno Maia

23. RTP: serviço público | Por Catarina Martins

LOCAL

23. Bloco promove audição pública sobre pobreza e políticas sociais | Por Ricardo Coelho



EDITORIAL
Carlos Santos

TEIXEIRA DOS SANTOS DÁ PROVAS EM WALL STREET

No dia 25 de Maio, a Ministra da Saúde anunciou novos cortes na saúde pública. No dia seguinte, a Ministra do Trabalho tornou público que o Governo corta de oito medidas de combate ao desemprego. Sintomático, no mesmo dia Teixeira dos Santos visitava a Bolsa de Nova Iorque.

Em Janeiro passado, o Governo anunciou um conjunto de medidas de combate ao desemprego. O lema era atraente e promissor: "Iniciativa emprego 2010 – Mais e melhor emprego". Eram medidas insuficientes, muito limitadas e temporárias, mas positivas.

Passaram quatro meses e o Governo veio anunciar um corte drástico nas medidas anunciadas em Janeiro. O desemprego não baixou, pelo contrário continuou a aumentar e as estimativas apontam para a sua progressão. A situação que levou o Governo a tomar aquelas iniciativas em Janeiro passado não se alterou, pelo contrário, agravou-se e exigiria não só manter as medidas, mas ir mais além. Não é isso que acontece e a ministra do Trabalho, com a maior desfaçatez e hipocrisia, anunciou o corte de medidas como o alargamento do subsídio social de desemprego, a redução do tempo de trabalho necessário para aceder ao subsídio, os apoios aos trabalhadores em lay-off ou a requalificação de cinco mil jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade.

Depois do primeiro PEC (uma sigla que só pode significar programa de estagnação e corte), o Governo apresentou um segundo e, agora em dois dias, mais dois PEC's direccionados e certamente não ficará por aqui. E todas as medidas têm uma marca clara: fazer recair a crise sobre quem trabalha, sobre os desempregados e sobre os mais pobres. Nem uma medida para penalizar os altos rendimentos, os off-shores ou os lucros da banca. Foi isso que Teixeira dos Santos levou a Wall Street: a garantia do Governo Sócrates, "em tango" com Passos Coelho, que penaliza os mesmos de sempre e que não tomará qualquer medida contra os responsáveis da crise.

A marca das medidas do Governo é o seu ponto fraco: ataque à esmagadora maioria da população e protecção dos mais favorecidos. Está envolta numa grande campanha que pretende "nacionalizar" as dificuldades, que seriam derivadas de um défice orçamental de que todos seríamos culpados. No entanto, a realidade é mais forte que a propaganda: quem está a pagar a crise são os mesmos de sempre e os responsáveis pela crise, nomeadamente os bancos e banqueiros, ainda lucram e querem lucrar mais com ela.

A luta contra estas medidas e esta política recessiva do bloco central não se esgota no combate a uma medida. É pois uma luta prolongada. Uma luta que é da maioria dos portugueses, mas também de gregos, espanhóis, europeus. Uma luta que pede resposta consistente a nível europeu, como a resolução da comissão política do Bloco publicada neste jornal aponta, que se disputará quotidianamente nos próximos meses no nosso país e exige a mobilização de mais e mais pessoas.

Cortes cegos na saúde

Os deputados de oposição foram unânimes em considerar, na Comissão Parlamentar de Saúde, que o governo está a promover “cortes cegos” no Serviço Nacional de Saúde, com um plano de redução de despesas que vai afectar a qualidade dos cuidados prestados aos utentes

João Semedo, do Bloco de Esquerda, acusou o Ministério da Saúde de estar a comportar-se “como a madrasta dos hospitais”, afirmando ser “absolutamente desnecessário cortar no que é essencial: os recursos humanos”.

“Já andaram a prometer tanta poupança... com tanta poupança escusavam de poupar no que faz mais falta”, sublinhou.

O Governo anunciou a 24 de Maio dez medidas para cortar 50 milhões de euros na despesa do Serviço Nacional de Saúde, afirmando que se trata de conseguir “uma gestão mais eficiente” do SNS.

Mas tanto o PCP, quanto o CDS, quanto o PSD, além do Bloco, concordaram que se trata apenas de “cortes cegos”.

Os deputados não deram assim ouvidos à ministra Ana Jorge, que defendeu na comissão que é possível racionalizar a despesa sem pôr em causa os cuidados. “Nenhuma das medidas tem a ver com cortes na admissão de profissionais de saúde. Vai haver regulação na admissão destes profissionais, não cortes”, disse.

O Bloco de Esquerda criticou ainda na comissão outra medida anunciada, que dispõe que as receitas médicas passem a informar o utente sobre quanto pouparia no caso de lhe ser prescrito um fármaco genérico. Para João Semedo, esta medida é de grande cinismo: “É absolutamente extraordinária a solução para fingir que está a promover os genéricos. O que não consegue fazer é confrontar-se com os médicos. Está a transferir o conflito para o doente, o que é imoral”, indignou-se.

O deputado João Semedo já tinha anunciado que o Bloco ia requerer a apreciação parlamentar do decreto lei governamental que revê o sistema de comparticipação do Estado nos medicamentos.

Para o deputado bloquista, esta medida aumenta o lucro e a receita das farmácias e penaliza os utentes. A “única medida racional para fazer disparar a venda de genéricos em Portugal” para 60 a 65 por cento (valor na União Europeia) é “atribuir ao utente o direito de escolher o que compra de acordo com o grupo terapêutico prescrito pelo médico”. Neste sentido, o Bloco já apresentou a 21 de Maio um projecto de lei para garantir aos doentes o direito de optar por genéricos, mesmo quando o médico não autorize a mudança. Esta medida permitiria uma poupança de 240 milhões de euros. ★



JOÃO SEMEDO



Cavaco promulga casamento homossexual

Para o presidente da República, vetar o diploma seria “arrastar inutilmente” o debate sobre este tema, desviando os políticos da resolução dos problemas graves dos portugueses.

A noite de 17 de Maio viria mesmo a tornar-se um novo marco na luta pelos direitos dos homossexuais em Portugal. Após a tentativa frustrada de vetar o diploma via Tribunal Constitucional, Cavaco Silva viu-se obrigado a promulgar a lei considerando que vetar o diploma que permite o casamento civil entre homossexuais seria “arrastar inutilmente” o debate sobre este tema e “acentuaria as divisões entre os Portugueses e desviaria a atenção dos agentes políticos da resolução dos problemas que afectam

gravemente a vida das pessoas”.

Durante o discurso, o presidente da República lembrou que pediu ao Tribunal Constitucional que fiscalizasse preventivamente a constitucionalidade deste diploma, e que apesar de ainda dispor da possibilidade de utilizar o poder de veto tinha a percepção que as

forças políticas que o aprovaram voltariam aprová-lo e “o Presidente da República seria obrigado a promulgá-lo no prazo de oito dias”, acrescentou.

Para a deputada Helena Pinto, a promulgação pelo presidente da República do diploma que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi “um passo muito importante para a igualdade de direitos” e que foi dado “um passo muito importante para a igualdade de direitos”, colocando Portugal “no conjunto dos países avançados do Mundo que dá todos os direitos a toda a gente”.

No dia 17 de Maio cerca de 300 pessoas participaram na primeira marcha em Coimbra contra a homofobia e transfobia. Este dia é “um marco muito importante na defesa dos direitos LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgéneros) e “importa lembrá-lo e apelar a que seja reconhecido formalmente a nível nacional”, disse à agência Lusa Paulo Vieira, dirigente do ‘Não te prives’, grupo de defesa dos direitos sexuais.



INÊS SANTOS

MARCHA em Coimbra contra a homofobia e a transfobia.

DOCUMENTO DA COMISSÃO POLÍTICA

Sobre a crise e os meios de a vencer

23 MAIO 2010

Este é um documento de trabalho, debatido em reunião alargada da Comissão Política do Bloco de Esquerda. O seu objectivo é promover o conhecimento detalhado das medidas que estão em curso e discutir a melhor forma de as combater.

PARTE I

Elementos de análise da crise e do risco de recessão ou depressão

O *Wall Street Journal* revelou, a 26 de Fevereiro deste ano, alguns detalhes de um encontro em Nova Iorque entre representantes de alguns hedge funds, bancos de investimento e outras sociedades financeiras, em que pontificavam o fundo de George Soros e a Goldman Sachs. A economia da Grécia teria sido definida como o alvo mais vulnerável, segundo o jornal. Seja verdade factual ou simplesmente uma lenda conspirativa, o facto é que, nos finais do ano passado e depois sobretudo entre Março e Maio, os ataques especulativos que se multiplicaram contra o euro, a partir da dívida soberana da Grécia e depois de Portugal e da Espanha, foram sistemáticos e, sobretudo, foram bem sucedidos.

O processo de transferência de valor seguiu duas vias muito simples: (1) a pressão dos fundos especulativos que operam nos mercados financeiros,

num contexto de subida acentuada dos défices públicos em resultado da crise, contribuiu para a subida dos juros, o que só acentua, num ciclo vicioso, o risco da dívida soberana, e (2) o próprio BCE financiou a 1% bancos comerciais, que depois compram títulos da dívida soberana a juros muito mais altos (da Grécia chegou a 10%, de Portugal chegou a 6%), embora os grandes bancos europeus tenham actualmente menos apetite pelos títulos da dívida. De uma forma ou de outra, o capital consegue rendas elevadas, sem risco significativo. Assim, as dívidas públicas tornaram-se o maior mercado financeiro global, ultrapassando as Bolsas como lugar de determinação dos rendimentos de capitais.

Esta transformação é muito importante e demonstra os riscos reais de uma globalização devastadora. Como o Bloco de Esquerda tem analisado nas suas últimas Convenções, este processo de globalização financeira é também um processo de alargamento da exploração absoluta: os trabalhadores, além do trabalho não-pago, financiam ainda a acumulação de capital pelas transferências através

de impostos e pela diminuição do salário indirecto com a desagregação dos serviços públicos. O agravamento de impostos e redução imediata e mediata dos salários, para pagar os juros da dívida, é uma das formas dessas novas transferências.

Assim, a globalização entrou em crise com a recessão de 2007-9 e, desde então, sucederam-se duas fases distintas de reestruturação do capital financeiro:

> A Fase 1 da crise (2007 e 2008), que começa no Verão de 2007 e vai até ao colapso do banco norte-americano Lehman Brothers, desencadeou uma resposta imediata com a intervenção de Estados, refinanciando os bancos com activos tóxicos, nacionalizando alguns e protegendo outros. Com essa intervenção maciça evitou-se o efeito dominó de 1929. O BCE financiou bancos comerciais europeus para reestruturarem os seus activos. Os bancos europeus deixam de investir nos EUA e canalizam parte dos fundos para títulos de dívida dos países periféricos europeus.

> A Fase 2 (2010) é marcada pelo aumento dos défices públicos, em resultado da crise, e pelas consequentes acrescidas necessidades de financiamento. Os bancos europeus, num contexto em que aumenta a percepção do risco soberano e com os seus balanços só parcialmente recompostos, deixam de comprar dívida soberana da periferia com a mesma intensidade. Isto favoreceu o ataque especulativo em curso desde Janeiro de 2010.

Mas, ao mesmo tempo, estas sucessivas fases da crise da globalização financeira na Europa demonstraram a fragilidade do Euro. Existe o entendimento, sobretudo entre a burguesia alemã, de que, como moeda de referência para pagamentos internacionais e de reserva de valor, o euro exige uma disciplina monetária imposta a todos os países. Ora, dado que a forma predominante de financiamento das dívidas públicas é por via dos mercados financeiros, mesmo as economias mais fortes ficam sujeitas a condicionamentos: esses mercados especula-

tivos influenciam a política do euro. Desta forma, estes países deixam de ter política cambial e monetária própria e as autoridades europeias são limitadas na determinação do curso do euro, pois dependem do sistema financeiro internacional. Assim sendo, todos os ajustamentos económicos têm que se fazer por via do trabalho (salários, emprego e impostos). Ou seja, a política da União Europeia não é recessiva por escolha dos administradores do BCE ou sequer pelos seus estatutos: é recessiva pela natureza da relação económica que representa e está estruturalmente à disposição da finança.

Acresce que, perante a crise da globalização, as próprias medidas que procuram assegurar os rendimentos do capital financeiro são recessivas. Com aumento de impostos e dos juros e com redução dos salários, reduz-se a procura interna (e a procura externa em termos agregados dada a replicação nacional destas políticas com escala europeia) e portanto as empresas produzem e venderão menos, aumentando a capacidade produtiva instalada não utilizada e logo o desemprego. Todas estas medidas têm um efeito cumulativo, porque o consumo constitui 60 a 70% da procura interna e vai reduzir-se, ao mesmo tempo que a procura de bens de investimento também se reduz para níveis medíocres (cai 17% em Portugal do início de 2009 ao fim de 2010, segundo a previsão do BdP): todas medidas agravam a corrida para a recessão, seja pela redução dos rendimentos do trabalho, seja pela redução do investimento público e privado. O risco de aproximação de uma longa depressão com deflação é por isso bem real.

Por outro lado, a pressão para o aumento dos juros da dívida e a descida do *rating* dos bancos comerciais determina que o custo do crédito seja cada vez maior, e por isso será racionado. Os bancos portugueses estão já a quadruplicar o *spread* dos novos empréstimos e a reduzir o acesso. Essa contracção do crédito acentuará a recessão à escala europeia.

Temos por isso duas grandes con-

seqüências. A primeira é a forte tendência recessiva, ancorada nas políticas monetárias e fiscais, com a austeridade que procura garantir a transferência rápida de valor para os capitais especulativos. A segunda é ainda mais ameaçadora: estamos a voltar às condições de 1930, com mercados desregulados que resistiram às ligeiríssimas pressões para maior controlo público.

Enquanto a UE atira para 2014 as primeiras medidas efectivas de controlo dos movimentos de capitais para os offshores, estes continuam a ser protegidos pela generalidade dos governos: por exemplo, o governo português acabou de retirar as Ilhas Caimão da lista dos “maus” offshores, porque evidentemente são o entreposto para o dinheiro que circula a partir da Madeira. As práticas de acumulação gananciosa resistiram muito bem: o governo prometeu o fim de bónus nas empresas participadas, mas a proposta nem foi admitida à votação, dada a indignação dos accionistas e dos visados. E a banca portuguesa vangloria-se de continuar a pagar cerca de 10% de IRC. O financiamento público da banca, por via de avales e garantias que em 2008 e 2009 asseguraram o seu acesso aos mercados internacionais a juros baixos, nunca teve contrapartidas reais.

GRANDES ESTRATÉGIAS EM CONFRONTO

Partamos então destes riscos recessivos e desta transferência de valor para o capital financeiro para podermos usar um critério rigoroso de avaliação das diversas estratégias possíveis que estão em conflito. São essencialmente três:

1. O euro como instrumento de preservação da financeirização colocada em risco pela actual crise

2. A desagregação do euro

3. A luta social como motor da reforma da arquitectura europeia para enfrentar o plano europeu de austeridade como mecanismo de transferência para o capital financeiro.

Vejam estas estratégias uma por uma.

1] O Euro disciplinado para sustentar a financeirização sem fim e o saque das economias europeias

Esta é a estratégia do governo Merkel, que arrasta consigo a Comissão Europeia e, no caso do governos Sócrates, com o apoio do PSD e CDS: um Pacto de Estabilidade com sanções mais fortes, a intervenção directa da União (isto é, do governo alemão) no controlo dos orçamentos nacionais, o condicionamento de ajudas a medidas drásticas de desvalorização do salário e de aumentos de impostos, de cortes nas despesas e privatizações. Como nos anos 30, a redução do salário nominal é a solução imposta: são para já 5% em Espanha e 14% na Grécia, e são 5% em Portugal previstos até 2013, mais o efeito dos impostos (efeito imediato em Portugal de 2,5%).

De facto, a Grécia é meramente um pretexto, e é por isso que a atitude da Comissão e do Conselho são tão reveladoras da sua estratégia fundamental. A economia da Grécia representa 2,5% do PIB europeu e 3,8% da dívida total, e portanto pesa pouco. A coordenação de políticas europeias podia facilmente garantir uma resposta contra os especuladores, com medidas como as que o

Bloco e uma parte das esquerdas europeias têm proposto. Mas essa resposta não ocorreu e, pelo contrário, o governo alemão e a Comissão estimularam a especulação. Depois, instituíram um mecanismo de coordenação que, agora, é o mais poderoso que a Europa já teve: o plano de 750 mil milhões com regras draconianas contra as economias (ver abaixo). A União Europeia procura assim salvar os sistemas financeiros: de 7 milhões de milhões de euros de dívida pública da zona euro, cerca de um terço está nos activos dos bancos. Esta é uma gigantesca operação de resgate do sistema financeiro, na Fase 2, porventura a maior da história do capitalismo.

Mas não é certo que este Plano Europeu seja uma resposta suficiente para a crise da zona euro, mesmo com a transferência de valor que assegura. De facto, esta política agrava estruturalmente os problemas destas economias, porque não se obtêm ganhos de competitividade por via da redução salarial. Por isso, a estabilidade do euro está sempre ameaçada: se as economias não crescem, todo o ajuste fiscal reduz a procura e portanto resulta em recessão; se há a curto ou médio prazo nova recessão, o risco da exclusão de alguns

países do euro torna-se muito elevado.

A política recessiva e o saque que institui é uma grave ameaça ao movimento operário e popular. O Bloco de Esquerda tem como certo que a aplicação plena desta política representaria uma derrota muito profunda e um recuo para a luta social, em particular para o movimento sindical e para a esquerda política.

BLOCO CONTRA O PLANO EUROPEU

O governo apresentará uma proposta de lei com o Plano europeu e o plano de austeridade num mesmo pacote. Neste caso, já não estamos a falar de qualquer empréstimo de emergência, mas sim das condições de um plano orçamental impondo medidas a toda a zona euro e, em particular, aos países do sul. Por outro lado, se no caso da Grécia votámos apenas a autorização de endividamento para o empréstimo, agora estão em debate medidas inaceitáveis, tanto pelas medidas de austeridade que aí se definem como pela intromissão na capacidade de cada Estado conduzir a sua política económica, mesmo nos já estreitos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O fundo europeu

O fundo de 750 mil milhões de euros inclui uma participação do FMI de um terço, imposta pela Alemanha, como condição para a sua viabilização. A posição da Alemanha teve como objectivo forçar a aceleração dos processos de ajustamento orçamental com medidas adicionais (o pacto PS-PSD em Portugal).

Além disso, com a criação do Fundo são introduzidas alterações importantes na relação entre as instituições europeias e os Estados nacionais. A mais importante dessas alterações é a que estipula que uma maioria dos Ministros das Finanças possa alterar os orçamentos aprovados pelos parlamentos nacionais, e que existe um visto prévio dos projectos de Orçamento antes de serem discutidos nos parlamentos nacionais. Para além dessa alteração, a Alemanha está a pressionar os Estados-Membros para consagrarem constitucionalmente limites para o Défice e a Dívida Pública (já defendido em Portugal pelo PSD e CDS, e agora pelo ministro Luís Amado).

Não se julgue, porém, que as pressões da Alemanha resultam do seu menor interesse neste plano de intervenção. Pelo contrário, o Estado alemão não tem nenhuma vantagem numa

situação de incumprimento que afectaria fortemente os seus próprios bancos (que reforçaram, a partir de 2007, os seus investimentos em dívida pública de países periféricos). Assim, o empréstimo à Grécia, este novo fundo e a decisão imposta ao BCE de comprar dívida pública nos mercados secundários, cumprem uma função muito importante de salvação da banca alemã (e francesa).

O Plano inclui três verbas. Em primeiro lugar, o Mecanismo de Auxílio Mútuo (60 mil milhões), financiado por empréstimos obrigacionistas a contrair pela Comissão Europeia. Criado para países não membros do Euro, é agora estendido aos países da zona euro, mas é duvidoso que tenha alguma realidade financeira. Em segundo lugar, uma verba de 440 mil milhões, com um veículo estruturado constituído a partir de contribuições dos Estados-Membros, proporcionais às suas participações no Banco Central Europeu. A contribuição do Estado português é de 1,75% (portanto cerca de 7,7 mil milhões, ou seja quase 5% do PIB). Finalmente, 250 mil milhões são financiamento do FMI, o que mostra a fragilidade da resposta europeia e o interesse dos EUA na estabilização monetária europeia.

O Bloco de Esquerda vota contra este Plano Europeu e as suas condições. O Bloco apresentará um projecto de resolução em alternativa, rejeitando a submissão dos Orçamentos a visto prévio, propondo a solidariedade europeia com um sistema de empréstimo à taxa de juro da dívida soberana do país credor e a emissão de dívida europeia para financiar projectos para a criação de emprego e políticas sociais.

2] A desagregação do euro

Alguns economistas de esquerda apresentam as seguintes alternativas: ou temos um “euro mau”, que impõe a austeridade, ou um “euro bom”, que dela nos protegeria, ou a saída do euro. E concluem que, sendo a primeira alternativa a pior, e a segunda requerendo uma difícil convergência política à escala europeia, restaria a terceira. Acontece, no entanto, que uma forma sinistra desta alternativa pode vir a ocorrer mais por força da imposição da Alemanha do que por vontade soberana dos povos, se uma nova recessão dificultar a disciplina orçamental na actual zona euro, com acréscimos de impostos e queda de salários. No entanto, a continuidade da actual arquitectura monetária europeia acentua as probabilidades de um cenário de desagregação da zona euro, mais não seja porque se perpetuam as assimetrias que deram origem a uma acumulação que agora se revela insustentável em défices e excedentes comerciais, sem que existam mecanismos viáveis para os atenuar.

Esses economistas comparam o risco da saída do euro com outros processos históricos de cessação de pagamento de dívidas externas. Houve de facto muitos casos de cessação, ou suspensão, ou reestruturação dos pagamentos da dívida externa, mas esses exemplos demonstram precisamente porque é que esta alternativa é tão difícil. No século XIX, quando da recessão e crise das bolsas em 1825, ocorreu uma forte queda dos preços das matérias-primas, arruinando as economias de países produtores, e alguns Estados da América do Sul, bem como o México, suspenderam os seus pagamentos

durante trinta anos. Na década de 70 do mesmo século XIX repetiu-se esta situação. Claro que a interdependência económica era muito distinta da actual, e era maior a protecção de cada uma das economias que cessava pagamentos. Apesar disso, houve casos em que os credores responderam com a guerra: a ocupação militar do Canal de Suez nos finais século XIX, o ataque à Venezuela em 1902-3 e a acção militar dos credores contra a Nicarágua em 1909. As economias mais poderosas utilizaram outros recursos para reestruturar as suas dívidas externas: Keynes cita os casos da Bélgica, Alemanha, França e Itália, que fizeram empréstimos na sua própria moeda e a desvalorizaram depois, prejudicando assim os credores, o que aconteceu também com os EUA e o Reino Unido. Noutros casos, a negociação permitiu desvalorizar a dívida: em 1953, a República Federal da Alemanha conseguiu um desconto de mais de metade na sua dívida externa, com novas condições (entre elas, o serviço da dívida não podia ser mais do que 5% das exportações). Na mesma década, a Áustria e a Grécia renegociaram as suas dívidas. Em 1971, a Indonésia fez um acordo semelhante. E, recentemente, uma das primeiras vitórias políticas do Bloco foi impor no parlamento ao governo Guterres a anulação de grande parte da dívida de Moçambique. Mas em todos os casos as economias dominantes permitiram ou favoreceram esses acordos.

O exemplo mais recente é o da Argentina, que conseguiu reestruturar parte da sua dívida, mas que sofreu um ajuste brutal com a desvalorização da moeda e portanto também dos rendimentos internos, a começar pelos salários. A economia argentina recuperou mais recentemente, depois de um doloroso processo de ajustamento.

Vejamos a esta luz o caso da Grécia. Se a Grécia saísse do euro em resposta às pressões da União Europeia, deveria desvalorizar imediatamente a sua nova moeda, e de modo muito importante. Mesmo que nacionalizasse os bancos e controlasse os fluxos de capitais para o estrangeiro, como teria que fazer para poder proceder à transição com



UMA DIFERENÇA COM O PCP

O PCP, nas páginas do “Avante!”, critica o Bloco por não ter recusado a lei do primeiro empréstimo de emergência à Grécia. De facto, aprovámo-lo, sabendo que nessa lei portuguesa não se impunha nenhuma condição à Grécia e que assim não contribuímos para o default do Estado grego, que cessaria os seus pagamentos, incluindo dos salários.

Mas a divergência com o PCP é mais profunda: o voto do PCP é determinado pelo apoio ao KKE, que na Grécia defende desde sempre a saída do euro e da União Europeia. Ora, o PCP, que nunca propôs nem propõe essa solução, coloca-se numa posição estranha: vota para que o Estado português ajude a impor a saída da Grécia do euro, mas não quer que o mesmo aconteça no nosso caso.

Este é um debate irrelevante. A opção que se discute em Portugal, entre os partidos de esquerda, não é a saída do euro, mas sim a criação de alternativas para políticas de criação de emprego e de decisão democrática contra a especulação financeira, a partir da recusa do plano de austeridade europeu.

menores custos, sofreria dois impactos recessivos cumulativos: primeiro, desvalorização com aumento do custo das importações, com a consequente perda de capacidade de compra dos salários; depois, novo agravamento do défice pela queda de receitas fiscais. Na medida da fragilidade dos sectores produtivos e exportadores da economia grega, a resposta ao seu



A GRÉCIA TEM SIDO PALCO DE FORTE RESPOSTA SOCIAL

grande défice da balança corrente seria provavelmente mais austeridade. Só uma economia que exporta muito pode beneficiar imediatamente da desvalorização (a Grécia “importa” turismo, que representa 20% do seu PIB, mas a imagem de instabilidade poderia comprometer parte dessas receitas). É por tudo isto que a escolha política é tão determinante: os sectores dominantes da burguesia grega vão procurar a todo o custo manter-se no euro.

A ideia de uma aliança do movimento popular com a burguesia grega para a saída do euro e uma solução “nacional” é irrealizável e prejudicial. A interdependência económica determina uma integração crescente das burguesias nacionais (sobretudo os sectores ligados à finança e ao comércio externo) e transnacionais e, por isso, a burguesia grega não fará mais do que agarrar-se ao euro e tentar impor a austeridade ao seu povo. A esquerda tem que disputar em primeiro lugar as alternativas nacionais que são europeias.

O risco está ainda noutro lado: quem pode querer impor uma fuga em frente - com a exclusão de alguns países do euro, ou um euro a duas velocidades (que significaria o mesmo) - é a Alemanha, se as circunstâncias levarem Merkel a preferir os custos da crise aos custos da sustentação da moeda única. E isso seria péssima notícia para os trabalhadores.

3] Enfrentar o Plano europeu de austeridade para defender o salário e emprego

Existe um terceiro campo de alternativas, que assenta numa estratégia de interligação de lutas europeias concentrada em políticas económicas e sociais para o emprego e na abertura de espaço para políticas nacionais contra a globalização.

Essa estratégia exige duas clarificações, que vão no sentido da política que o Bloco sempre tem defendido. A primeira é que não temos qualquer confiança nas políticas e nas instituições que dirigem a União, nem qualquer expectativa na sua reforma ou na sua capacidade de enfrentar a crise: como se escreveu atrás, estas instituições são promotoras da crise e da transferência de valor do trabalho para o capital. Só a mobilização pode travar a actual ofensiva contra o mundo do Trabalho. Sem a refundação da Europa como um pacto para o emprego, substituindo estas regras e estas instituições do PEC e do Tratado de Lisboa, não haverá política europeia para responder à crise e haverá sempre políticas europeias para agravar a crise. Sem esta alternativa, a política europeia será incapaz de responder à crise e multiplicará as políticas que a vêm agravando.

A segunda clarificação decorre desta: a nossa defesa da dimensão europeia da luta social e política que define a esquerda é contraditória com

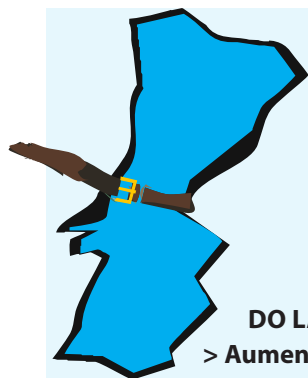
a globalização realmente existente – somos europeístas contra a globalização financeira, porque só vencendo a globalização financeira podem ser impostos os direitos do trabalho e pode ser combatida a forma actual da exploração.

Assim, o Bloco deve reforçar o combate contra as instituições

e as políticas da União Europeia quanto à resposta a esta recessão e quanto às novas medidas de austeridade. E, nas medidas concretas, diferenciamos os campos em que queremos que haja solidariedade e políticas comuns europeias, e os campos em que queremos que haja mais liberdade de decisão nacional para proteger a criação de emprego e encontrar soluções viáveis para as economias em maior dificuldades.

O Bloco tem promovido ou apoiado várias iniciativas de cooperação com partidos das esquerdas da Grécia, de Espanha e de outros países, através de comícios conjuntos (Atenas, Madrid) e acções de solidariedade com a Grécia. Essas iniciativas vão ser alargadas, com uma semana europeia de solidariedade com os trabalhadores da Grécia (em que se realizará um comício em Lisboa, com o Synaspismos) e depois com um comício em Berlim, em Junho. O Bloco colaborará com as distintas iniciativas e propostas que reforcem a solidariedade com os trabalhadores gregos e que combatam a imposição das condições dos mercados especulativos.

Esta é a política que responde à crise com uma perspectiva europeia. Mas não temos ilusões sobre as relações de forças: não existe nenhum governo que defenda tal perspectiva, e as conver-



O plano de austeridade do PS e do PSD

DO LADO DA RECEITA:

> **Aumento do IRS:** +1% para os rendimentos superiores ao salário mínimo, +1,5% para os rendimentos superiores a cinco salários mínimos, +1,5% para as taxas liberatórias. Este aumento, para além de praticamente não conter progressividade (o que significa que a taxa aumenta mais em termos relativos para os escalões mais baixos), contém uma penalização igual ou superior aos rendimentos do trabalho em relação aos rendimentos de capitais tributados em IRS.

> **Aumento de 1% do IVA:** também aqui, o aumento da taxa reduzida é mais significativo em termos relativos e tem um impacto social muito maior.

> **Aumento do IRC: +2,5% da taxa** legal para grandes empresas e banca. A medida é positiva mas convém ter em conta que falamos de taxas legais.

As medidas fiscais são aquelas em que o governo tem assentado a ideia de que os sacrifícios são distribuídos igualmente por todos. Esta é a ideia que é mais importante contestar porque reside numa tripla falácia. Em primeiro lugar, os rendimentos do trabalho vão ser penalizados duas vezes, através do aumento nas taxas de IRS mas também dos aumentos do IVA. Depois, o aumento da taxa de IRC é corroído pela relação entre taxas legais e taxas efectivas, nomeadamente no sector da banca. Finalmente, a justiça fiscal implica concentrar a obtenção de receita onde os rendimentos são maiores, deixando de fora aqueles que já suportaram outras medidas de austeridade no passado presente e longínquo.

DO LADO DA DESPESA:

> **Redução de 150 milhões nas indemnizações compensatórias para as empresas públicas** – trata-se ou de uma desorçamentação da dívida, passando-se défice para as contas das empresas públicas e aumentando os custos dos transportes, como já foi anunciado.

> **Corte de 100 milhões nas transferências para as autarquias.** Aqui trata-se de um corte efectivo imediato.

> **5% de corte nos salários de políticos e gestores públicos,** mas a medida não abrange gestores de empresas privadas, incluindo as participadas pelo Estado. Não está prevista nenhuma medida de tributação extraordinária desses rendimentos.

> **Congelamento das admissões na Função Pública** e generalização da regra de 1 entrada para 2 saídas (ou

mais). O que significa condenar alguns serviços públicos à desagregação.

O PACOTE RECESSIVO NO SEU CONJUNTO: PEC 1 E PEC 2

Estas medidas e aquelas que já constavam do PEC 1 (privatizações, congelamento de salários, etc.), aliadas aos recuos na política de investimento público, constituem o mais forte pacote recessivo a que temos assistido nas últimas décadas. De acordo com o INE, a procura privada interna foi o factor mais relevante nos tímidos sinais de retoma que se registaram no primeiro trimestre de 2010, e será a primeira a ser afectada. Em contrapartida, os resultados líquidos que a banca mantém, mesmo em tempo de crise, são totalmente inúteis para a recuperação da economia. A banca mantém uma política usurária no crédito ao consumo e ao investimento, ou seja, é uma parte do problema da recessão.

Assim, se a política de elevação da tributação da banca sempre fez sentido, essa política tem hoje uma pertinência particular porque é a única forma de mobilizar recursos que, em caso contrário, são totalmente inúteis do ponto de vista da dinamização da economia.

HAVERÁ PEC 3, E BEM DEPRESSA

É por isso que este programa de austeridade, apesar do seu radicalismo, não será ainda o fim da linha. O agravamento da recessão terá impactos do ponto de vista do crescimento, criação de emprego, receita fiscal, despesa com prestações sociais e ajustamento orçamental. Não é de prever que o ciclo vicioso termine por aqui. Aliás, o argumento do Governo – “todos estão a fazer sacrifícios” – é falso. Se o plano de austeridade e as suas consequências nos rendimentos e direitos do trabalho apostam num crescimento movido a exportações, como tem afirmado o Governo, a aplicação de programas semelhantes por essa Europa fora deixa a economia portuguesa sem grande parte dos seus mercados de exportação. A crise é um ciclo vicioso.

Por isso, a estagnação da economia portuguesa determinará a incapacidade de sustentar o pagamento agravado da dívida, e levará o governo a novos aumentos de impostos ou novas reduções dos salários. No prazo político de que ainda dispõe, que é o do Orçamento para 2011, o governo trará um PEC 3 agravado.

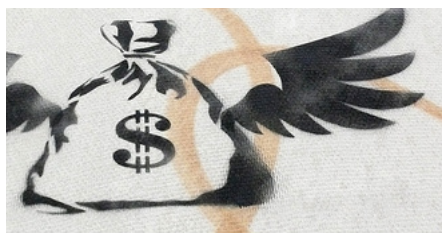
gências entre a social-democracia e o liberalismo são estruturais, mesmo que alguns partidos por vezes delas se diferenciam (o SPD alemão não aprovou o Plano Europeu da senhora Merkel ... e de Sócrates ou Zapatero). Não haverá aliança de governos do Sul da Europa para reformar o euro.

Devemos por isso sublinhar a importância de outras dimensões do combate à globalização financeira, nomeadamente de meios de acção que permitem escolhas económicas para a criação de emprego. Com a actual arquitectura monetária europeia, a competição económica tem sido organizada em torno do esfarelamento dos direitos laborais, que facilita a quebra da relação entre a evolução do salário real e a produtividade. Nesta corrida para o fundo, a Alemanha, precisamente a economia mais forte, tem sido “bem sucedida”, graças à compressão salarial.

A primeira e principal é a defesa e extensão do contrato de trabalho. A contratualização do trabalho, determinando um salário independente da conjuntura financeira imediata e da especulação, e ainda a instituição da protecção social, tem não só um efeito redistribuidor da riqueza como nenhuma outra política jamais alcançou, como tem ainda o efeito de estabilizador automático da economia no seu todo, por via da sustentação da procura. O contrato de trabalho, o salário, a redução da precariedade e a defesa da segurança social devem ser os pontos fulcrais da acção económica de uma estratégia alternativa com viabilidade. De facto, a flexibilização do trabalho, essa “demolição metódica da relação salarial fordista” como lhe chama Frederic Lordon, acentua a mercadorização do trabalho, ao passo que o contrato a combate.

A segunda é a defesa de políticas fiscais autónomas. O aumento das receitas fiscais é a única resposta possível à bola de neve da dívida e, portanto, aos mercados financeiros. E é uma questão essencial de democracia económica contra uma das formas mais violentas de acumulação, a via da evasão ou dos benefícios fiscais.

A terceira é uma estratégia de di-



ferenciação entre dois sectores da economia: o primeiro, promovido por uma política de industrialização que exporte, e portanto defenda a economia das pressões externas melhorando a balança comercial, e o segundo, um sector protegido de serviços públicos de qualidade, desmercadorizando a produção de bens comuns, e que constitui a única possibilidade sustentada de criar emprego.

A quarta é a regulação europeia dos mercados financeiros (taxação das transacções financeiras, aumento do peso da banca pública e controlo de capitais para fazer face a ataques especulativos) e alteração do papel do BCE, que deveria guiar a sua política monetária pela criação de emprego.

PARTE II

Elementos de resposta política do Bloco

São dois os nossos focos de atenção e de resposta, sendo o segundo desproporcionadamente mais importante para a agitação e para a mobilização.

1. Uma resposta europeia consistente contra a nova recessão.

No plano europeu e com o quadro anteriormente apresentado, insistimos nas seguintes propostas:

> Um sistema de emissão de dívida europeia, de que uma parte pudesse ser trocada por 10 ou 15% dos títulos

das dívidas nacionais. A admissão, em desespero, da possibilidade de compra de dívida pública pelo BCE, bem como a admissão da possibilidade de um empréstimo obrigacionista, demonstra como esta proposta é correcta. Desta forma, os Estados manteriam a sua responsabilidade sobre a sua dívida, mas esta seria paga aos juros mais vantajosos e em condições negociadas, vencendo a chantagem dos mercados financeiros.

> Contra o congelamento dos orçamentos comunitários, exigido pelos grandes da Europa, a esquerda deve defender o seu reforço substancial, orientando-o para políticas de coesão social em escala europeia. A exigência de uma componente europeia de segurança social, complementar dos sistemas nacionais, e a criação de um fundo permanente de apoio aos trabalhadores vítimas de despedimentos colectivos, são as propostas que podem dar corpo e expressão concreta a esta viragem.

> Contra a liberdade de circulação de capitais, defendemos ainda o controlo do sistema financeiro e medidas de força contra a especulação e os offshores, que devem ser interditados.

> Imposição de uma taxa sobre transacções financeiras: uma taxa de 0,1% sobre transacções financeiras representaria receitas de 920 mil milhões de euros, mais do que o total do plano europeu. E com justiça.

2. Nunca perder de vista que o inimigo também está no nosso próprio país.

A política baseia-se sempre numa estratégia e na visão clara da relação de forças. Por isso, partimos de uma constatação: se é indispensável esta dimensão europeia da recusa do plano de austeridade e de apresentação de alternativas consistentes, a força do Bloco deve estar concentrada no movimento de resposta e contestação que determine a relação de forças, a partir de uma situação inicial desfavorável, para todas as soluções que estejam em disputa.

Desse modo, tornamos claro que o inimigo também está no nosso próprio

país, que não transigimos com alianças comprometidas que desarticulam a capacidade de combate dos trabalhadores à espera de uma burguesia nacional que, de facto, é parte integrante da especulação financeira contra a economia nacional e portanto contra o salário e o emprego. Respondemos por isso ao PEC 1 e 2 – e ao PEC 3 que vem a caminho – com uma política socialista que procura influenciar a massa dos trabalhadores e a opinião pública.

VENCER A IDEOLOGIA DO “SACRIFÍCIO”

Em conclusão, sublinhamos três orientações fundamentais.

A primeira é disputar a opinião pública, para evitar o isolamento da luta dos trabalhadores. O que está em causa é vencer a estratégia do medo, que levaria à aceitação de todos os “sacrifícios” em nome do risco internacional – essa é a propaganda do PS e do PSD. Se esta ideologia do sacrifício vencer, o movimento dos trabalhadores é derrotado neste confronto.

Assim, o Bloco reforça a sua agitação sobre os prémios milionários, os bónus de favor, a acumulação da burguesia ascendente e dos boys, porque é a melhor forma de combater a ideologia do sacrifício. Damos tudo por tudo na denúncia das transferências de rendimentos para a especulação e para a ganância e fazêmo-lo com casos e nomes. Os militantes devem estar conscientes de que o aprofundamento dos argumentos, dos exemplos e dos números do saque à economia portuguesa, são o melhor serviço que a agitação popular pode fazer contra a austeridade.

A segunda orientação é a apresentação de medidas concretas e consistentes, como as “15 medidas alternativas ao PEC”, ou as nossas propostas orçamentais. Assim, insistiremos nas seguintes propostas:

1. Pacote financeiro: taxa efectiva de 25% de IRC para a banca, imposto de 75% sobre bónus especiais; taxação das transferências para a Madeira e outros offshores.

2. Medidas para limitar o endividamento: o plano de reabilitação urbana

corta a relação umbilical entre os bancos e especulação imobiliária, aumenta o valor real do salário e das pensões, reconstrói a relação de vida nas cidades, cria emprego.

3. Ainda para limitar o endividamento e relançar a poupança interna, o banco público devia enfrentar as respostas especulativas dos bancos comerciais: este é o momento de a CGD desferir um golpe duro na banca comercial, ganhando partes de mercado com juros não especulativos.

4. Ao mesmo tempo, o Estado devia atacar a banca comercial com o estímulo à poupança, promovendo um empréstimo interno com o relançamento dos certificados de aforro, em condições melhores do que os depósitos a prazo propostos pelos bancos privados.

5. São necessárias medidas em relação aos mercados financeiros, como o controlo de movimentos internacionais de capitais.

6. Retomamos a proposta do Imposto sobre as Grandes Fortunas, para financiar a segurança social.

7. Finalmente, o investimento público deve ser defendido e qualificado, com prioridades claras. O Bloco propõe a prioridade da reabilitação urbana, com os seus efeitos na redução do endividamento, na criação de emprego e na redução de custos da habitação. Ao mesmo tempo, temos recusado e recusamos qualquer recuo nos investimentos previstos que criem emprego e sublinhamos que a ofensiva ideológica contra o investimento público é uma das frentes principais dos ataques da direita.

A terceira orientação insiste na acumulação de forças para a luta generalizada. As dificuldades das últimas greves são notórias, mas a resposta política da manifestação de 29 de Maio pode e deve criar um novo contexto para o confronto com os pacotes de austeridade. A unificação da luta com a perspectiva de uma greve geral, a ser convocada pelos sindicatos no tempo da mobilização social mais forte, é por isso o caminho que deve ser seguido. Uma greve forte implica um movimento de base, a criação de confiança, a

multiplicação de forças. Nesse contexto, o Bloco escolherá no seu tempo próprio as formas de confronto com o governo, seja através de uma moção de censura ou da exigência de uma moção de confiança, e da apresentação de propostas alternativas que confrontem os partidos, o PS e a sua aliança com o PSD e mesmo com o CDS, com as promessas eleitorais e com a crise social que a sua governação está a provocar.

Em toda esta intervenção, sabemos sempre distinguir entre as batalhas de trincheira e as batalhas de movimento. De trincheira são os debates acerca da protecção social aos pobres, aos desempregados, e a qualificação do investimento público: respondemos com propostas, com informação, com debate, enfrentamos os preconceitos e os avanços das ideologias reaccionárias. Mas batalhas de movimento e de contra-ataque é a informação acerca das desigualdade, dos bónus, da acumulação de fortunas, da exploração do trabalhador, da especulação financeira, da forma como os bancos enriquecem com a especulação contra a economia portuguesa. Em todos esses terrenos, queremos criar agenda política, determinar o debate nacional, tomar a ofensiva, propor medidas que ganhem apoio social, fazer maiorias no país, isolar os partidos de direita e o governo, enfraquecer as medidas de austeridade, fazer crescer a força da esquerda.

Não descuramos por isso, também, a resposta ao pilar da “cooperação estratégica” que é o Presidente: a nossa apresentação do projecto das uniões de facto, vetado por Cavaco Silva e que deve agora ser imposto pelo parlamento, sublinha como as correntes ideológicas mais reaccionárias desprezam os direitos das pessoas e a necessidade de uma política de democracia que inclui todos os direitos. O debate presidencial deve sublinhar essas diferenças e a sua força depende da apresentação de uma visão alternativa ao situacionismo económico, com propostas contra a ditadura dos mercados financeiros e da austeridade e em defesa do trabalho, do salário, do emprego e dos serviços públicos. ★



BP: a sombra de Chernobyl

POR ALEJANDRO NADAL

A British Petroleum garante que pagará os custos do desastre no Golfo do México. Mas o poço continua sem controlo, jorrando diariamente milhares de barris de petróleo e gerando o pior desastre petrolífero da história suja dessa indústria. Na realidade, nem a BP nem o governo dos Estados Unidos poderão cobrir o custo desta tragédia, que muitos comparam erradamente ao derrame de Exxon Valdez no Alasca, em 1989. Infelizmente, devido à sua extensão e duração, o parâmetro de comparação mais adequado é Chernobyl.

Quando um navio tanque encalha e começa a verter a sua carga, sabemos pelo menos quantos milhares de barris transporta. Mas, no caso do desastre da plataforma Deepwater Horizon, desconhece-se a quantidade que será derramada. Tudo vai depender das operações de encerramento do poço que, segundo dados da BP, produz uns 5 mil barris diários. Outros cálculos, talvez mais realistas, situam esta cifra em cerca de 25 mil barris diários. Até hoje, os esforços para controlar a catástrofe foram inúteis, e encerrar o poço pode demorar semanas. Mesmo aceitando os dados conservadores da petrolífera, o derrame do Golfo do México encami-

Muitos comparam erradamente o desastre no Golfo do México ao derrame do Exxon Valdez, em 1989. Mas o parâmetro de comparação mais adequado é Chernobyl.

nha-se velozmente para ultrapassar o de Exxon Valdez (250 mil barris).

A plataforma Deepwater Horizon foi construída em 2001 nos estaleiros da Hyundai, em Ulsan, Coreia. Esta estrutura flutuante com pontões e tanques de lastro nas suas gigantescas colunas foi desenhada para efectuar perfurações em águas muito profundas. Estava dotada de um sistema de geoposicionamento dinâmico que lhe permitia permanecer fixa relativamente a um ponto no fundo do mar. Esta tecnologia utiliza sensores de correntes e de ventos para activar os motores que permitem à plataforma permanecer fixa no mar. A georreferência é proporcionada por um ou mais giroscó-

pios e todo o sistema é coordenado por computador. Em Setembro de 2009, a Deepwater Horizon perfurou o poço submarino mais profundo do mundo, com cerca de 10.700 metros (dos quais 1.260 correspondem à coluna de água). Em poucas palavras, esta é a tecnologia mais avançada em matéria de perfurações em águas muito profundas.

As empresas que detêm plataformas na zona económica exclusiva dos Estados Unidos, no Golfo do México, sempre fizeram alarde da sua capacidade tecnológica e da probabilidade muito reduzida de acidentes com derrames. Por isso sempre afirmaram que, mesmo no caso de um derrame, as consequências ambientais e noutras actividades económicas (pesca, turismo) seriam pequenas, temporárias e fáceis de reparar.

Quando ocorreu a explosão e o incêndio, a plataforma operava a cerca de 80 km a sudeste do delta do rio Mississippi. O seu trabalho consistia em dar os toques finais no poço, preparando o revestimento de cimento que deveria permitir a sua exploração comercial. A origem da explosão continua a ser desconhecida mas, tal como em Chernobyl, a reacção inicial dos responsáveis

(BP e entidades reguladoras) foi minimizar as consequências do acidente.

A 31 de Março, Obama anunciou que a sua administração abriria milhões de quilómetros quadrados à exploração e perfuração submarinas no Golfo do México, no litoral atlântico dos Estados Unidos e no norte do Alasca. Não se sabe quanto crude pode existir nas jazidas submarinas das zonas abertas à exploração, mas os dados geológicos indicam que, no melhor dos casos, só chegariam para cobrir o consumo norte-americano durante um ano. Estamos a falar de uma quantidade ridícula em troca de um prejuízo ambiental extraordinário.

No litoral dos Estados Unidos relativo ao Golfo do México operam 3.858 plataformas de perfuração submarina. Mas todas essas plataformas petrolíferas contribuem apenas com 1,6 milhões de barris diários para o consumo dos Estados Unidos, que ultrapassa os 19,5 milhões de barris diários. Os Estados Unidos não atingirão a autonomia energética através da abertura de novos campos ao desastre ambiental.

O paralelismo com a indústria nuclear tem outro componente: a limitação da responsabilização dos responsáveis pelo desastre. A legislação federal nos Estados Unidos estabelece que a BP deverá pagar os custos da reparação, mas limita a sua responsabilidade por danos económicos a apenas 75 milhões de dólares, uma migalha. A esse respeito, a BP deverá receber a factura do custo das operações, mas quem pagará o prejuízo dos ecossistemas destruídos?

O Torrey Canyon, o primeiro navio tanque que, em 1967, encalhou e deramou o seu carregamento diante da costa da Inglaterra, transportava 120 mil toneladas de crude. O barco, partido a meio, chegou a ser bombardeado com 3 mil galões de napalm, numa tentativa de queimar o petróleo e evitar o derrame. Operação inútil, evidentemente, mas um bonito exercício de tiro ao alvo para a Royal Navy. Um exemplo edificante de como se podem resolver os problemas que nos coloca a tecnologia moderna. ★



FLICKR / VERMIN INC

Urânio iraniano será enriquecido na Turquia

POR RUI CURADO SILVA

O acordo agora assinado garante que uma boa parte do urânio fracamente enriquecido no Irão seja processada na Turquia até ao nível de enriquecimento de urânio necessário para a sua utilização num reactor nuclear civil. Artigo de Rui Curado Silva Este fim-de-semana, o Irão aceitou produzir urânio enriquecido fora do país, suspendendo parcialmente o seu próprio programa de enriquecimento de urânio. Esta decisão resultou de negociações decorridas em Teerão entre o presidente brasileiro Lula da Silva, o primeiro-ministro turco Erdogan e o presidente iraniano Ahmadinejad, cujo objectivo era convencer o Irão a suspender o seu programa de enriquecimento de urânio. Os receios da comunidade internacional em relação ao programa de enriquecimento de urânio iraniano devem-se à possibilidade de utilização de urânio enriquecido para a produção de armas nucleares. Caso o Irão conseguisse dominar todo o processo de produção urânio enriquecido seria extremamente difícil à AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica) garantir que esse material seria utilizado apenas para fins civis. No passado países como a França e Israel iniciaram um programa nuclear civil com o objectivo escondido de criarem o seu próprio programa nuclear militar.

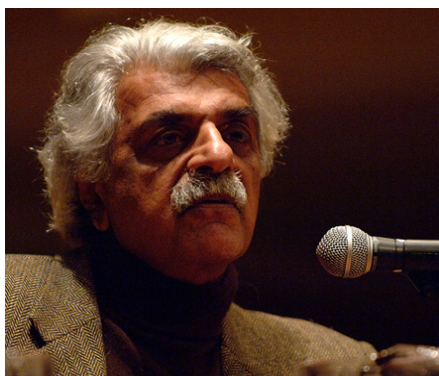
Teme-se que o programa nuclear civil iraniano esconda as mesmas intenções.

O acordo agora assinado garante que uma boa parte do urânio fracamente enriquecido no Irão seja processada na Turquia até ao nível de enriquecimento de urânio necessário para a sua utilização num reactor nuclear civil. Paralelamente o Irão estabeleceu acordos de colaboração com o Brasil no domínio energético de quem irá beneficiar de uma linha de crédito de mil milhões de euros. Em resposta a este acordo, Israel declarou que o Irão estava a manipular o Brasil e a Turquia para adiar possíveis sanções da comunidade internacional.

Aquando da criação da AIEA em 1957 pretendia-se que todos os países que possuíssem armas ou materiais para fins nucleares civis ou militares os colocassem sob a égide da própria Agência de forma a diminuir o risco associado à proliferação de armas nucleares. 63 anos depois, ainda estamos muito longe desse objectivo, no entanto o caso iraniano mostra com clareza que para lidarmos com o Irão de uma forma coerente, justa e eficaz, contribuindo de facto para diminuir os riscos de proliferação, seria desejável adoptarmos os princípios fundadores da AIEA. ★

Afeganistão: Uso de mercenários marca a diferença

PORTARIQ ALI



TARIQ ALI

Não há um movimento efectivo contra a guerra do Afeganistão porque a maior parte dos cidadãos dos EUA não têm de lutar. A utilização de mercenários representa uma grande mudança em comparação com outras guerras, defende Tariq Ali nesta entrevista de Theodore Hamm e Christian Parenti para a revista Brooklyn Rail.

O que acha das recentes declarações do general Stanley McChrystal acerca do “surpreendente” número de civis afegãos inocentes assassinados pelas forças dos Estados Unidos? O facto não é surpreendente, mas o seu reconhecimento por parte de uma alta chefia militar não deveria motivar uma oposição real à guerra?

Deveria, mas não o faz porque os cidadãos norte-americanos e europeus (estes últimos em grande maioria) que se opõem à guerra se sentem impotentes. Nos Estados Unidos, evidentemente, Obama comprometeu-se a intensificar a guerra, uma promessa eleitoral que levou a cabo conscienciosamente. Não sendo directamente afectados - como no tempo do serviço militar obrigatório [da Guerra do Vietname] - os liberais americanos importam-se pouco que os estrangeiros sejam assassinados. As observações de McChrystal foram programadas sobretudo para consumo interno no Afeganistão. Estava a dirigir-se simultaneamente aos afegãos e aos esquadrões assassinos, alertando-os para que fossem mais cautelosos.

Acha que a popularidade pessoal de Obama é a razão

principal da não existência de um movimento visível contra a guerra?

Parcialmente. Obama fala da guerra em termos do bem e do mal e obtém o benefício da dúvida a partir do momento em que os seus seguidores têm a certeza de que ele simboliza o bem. Até os seus opositores acham que a resistência afegã simboliza o mal. Como mencionei anteriormente, a principal razão da inexistência de um movimento efectivo contra a guerra deve-se ao facto de a maior parte dos cidadãos dos Estados Unidos quase não se dar conta de que estão em guerra, uma vez que não têm de lutar. A utilização de mercenários representa uma grande mudança em comparação com as guerras dos Estados Unidos no século passado.

Por que acha que Obama intensificou a guerra no Afeganistão? Há interesses materiais envolvidos ou trata-se unicamente de uma questão política e de “credibilidade” para os Estados Unidos?

Acho que ele acredita nisso, tal como disse, quando era candidato ao Senado, que apoiaria Bush se este decidisse bombardear o Irão. O facto de Obama ser, indubitavelmente, inteligente, não o transforma automaticamente num liberal ilustrado, como

podemos ver tanto no plano nacional como no internacional.

No passado, apresentou Hamid Karzai como um fantoche dos Estados Unidos. O que acha que se passa agora com ele?

É ainda um fantoche no sentido em que, se a NATO se retirasse, se veria obrigado a acompanhá-la. Mas, obviamente, até os fantoches se aborrecem quando são maltratados. As tentativas grosseiras de Peter Galbraith e Holbrooke para se livrarem de Karzai fracassaram. Nos velhos tempos do Vietname do Sul, os líderes fantoches recalcitrantes eram liquidados pela CIA. O problema é que agora os Estados Unidos não têm ninguém para substituir Karzai. Ele é o fantoche mais credível e enriqueceu muito graças às “habilidades” comerciais do irmão (o contrabando de heroína e de armas é lucrativo), coisa que lhe permite comprar apoio local. O facto de os Estados Unidos terem tentado afastá-lo e terem falhado melhorou um pouco a sua posição, mas toda esta atenção lhe subiu à cabeça. E quando os fantoches começam a fantasiar que não são o que são, as coisas às vezes descontrolam-se. McChrystal e Eikenberry têm consciência disso e por isso tentaram limar arestas.

Como é a relação entre os talibãs afegãos e paquistaneses?

Os talibãs afegãos têm agora mui-

tas facções. A facção do ulema Omar denunciou recentemente que os talibãs paquistaneses têm por objectivo militar mais as forças de segurança do Paquistão que as da NATO. O resto é difícil de saber. Algumas facções estão há anos em contacto com os Estados Unidos, em negociações informais, mas não se chegou a qualquer acordo. De modo que quando Karzai também fala da incorporação dos talibãs ao governo, ninguém deveria surpreender-se. Washington também deseja que os “bons” talibãs façam o mesmo. As tentativas de dividir os insurgentes nunca param, mas até ao momento tiveram um sucesso limitado.

Em que medida estão a Índia e o Paquistão a travar uma guerra por procuração ou, pelo menos, a competir e a lutar entre si no Afeganistão?

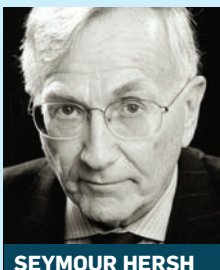
Até há pouco tempo, a Índia, que tem uma forte presença diplomática e extra-diplomática no sul do Afeganistão, apoiava Karzai. Vêem-no como uma vingança em relação ao Paquistão, que enviou jihadistas para Caxemira, nos anos 90. De modo que os interesses dos dois Estados estão em conflito. A Índia fará o que lhe for possível para deter a reafirmação da influência do Paquistão após a retirada da NATO. Mas falar de uma guerra por procuração é exagerado. Há uma ocupação do país por parte dos Estados Unidos e da NATO, que tem o apoio quer da Índia, quer do Paquistão.

Nos Estados Unidos pouco se fala acerca da ocupação russa ou da história do comunismo afegão. Fale-nos um pouco acerca da revolução Saur dos anos 70. Tem um legado potencialmente positivo no Afeganistão actual?

A ocupação soviética foi um desastre a todos os níveis e criou os alicerces do que aconteceu depois: um país devastado por guerras e ocupações desde 1979 até à actualidade, ou seja, mais tempo que o conjunto das duas guerras mundiais, mais tempo que o conjunto das guerras dos Estados Unidos na Coreia e no Vietname.

Talvez nada disto tivesse acontecido se os russos não tivessem enviado o exército em Dezembro de 1979. Já nessa altura o afirmei. As duas ocupações são muito diferentes. Os russos apoiavam um governo que estava a tentar criar um serviço de saúde, educação livre para todos (mulheres incluídas) e que combatia o obscurantismo. Fê-lo de uma forma grosseira e os tiroteios ao estilo far-west entre facções comunistas rivais, num dos quais o presidente Taraki foi assassinado, não deixaram uma imagem muito positiva. A ocupação dos Estados Unidos é de estilo neoliberal. Os ricos ficam mais ricos e os subúrbios de Cabul vão-se expandindo. ★

Tradução de Helena Pitta



SEYMOUR HERSH

Seymour Hersh: EUA continuam a executar prisioneiros

O veterano jornalista que deu a conhecer a tortura em Abu Ghraib diz agora que há prisioneiros executados pelas tropas norte-americanas no Afeganistão.

O jornalista nova-iorquino Seymour Hersh também revelou que a administração Bush desenvolveu planos avançados de de um ataque militar no Irão.

Na Conferência Internacional de Jornalismo de Investigação (Global Investigative Journalism Conference) em Genebra, Hersh criticou o Presidente Barack Obama, e alegou que as forças dos Estados Unidos estão envolvidas em “execuções no campo de batalha.”

“Digo-lhe já que uma das maiores tragédias do meu país é que o Sr.Obama está a olhar para o lado contrário, porque coisas igualmente horríveis estão a acontecer aos prisioneiros que nós capturamos no Afeganistão,” disse Hersh. “Eles estão a ser executados no campo de batalha. Há coisas inacreditáveis que não são necessariamente reportadas. Há coisas que não mudam.”

“O que estão a fazer no terreno é dizer aos soldados que têm que determinar num prazo de um ou dois dias se os prisioneiros que tem são ou não sou Talibãs”, acrescentou Hersh. “Eles têm que extrair qualquer informações táticas possíveis, em oposição à estratégia, informações de longo alcance, imediatamente. E se não poderem concluir que são talibãs, eles tem que ser libertados.”

“O que isso significa, e cinco ou seis pessoas já me disseram isto ironicamente, é que estão a acontecer execuções no campo de batalha,” continua. “Bem, se eles não conseguem provar que são talibãs, “bam”. Se não formos nós a fazer, entregamo-los às tropas afegãs mais próximas e quando nos afastarmos um metro a balas começam a voar. E isso está a acontecer agora.”

O povo grego está a lutar por toda a Europa.



ENTREVISTA DE AMY GOODMAN A TARIQ ALI E MARK WEISBROT PARA DEBATER A CRISE E A RESPOSTA POPULAR NA GRÉCIA PARA A DEMOCRACYNOW.ORG

AMY GOODMAN: *Fala-nos que está a acontecer na Grécia e como se relaciona com o sítio onde estás, Tariq.*

TARIQ ALI: Bom, Amy, explodiu na Grécia, de forma bastante violenta, como muitos tinham previsto, porque os sindicatos gregos continuam bastante fortes. Sentem que está muita coisa em jogo, e sabem que estas medidas, que não devem nunca ser chamadas de 'reformas', estas medidas anti classe trabalhadora, forem implementadas pelo governo, o nível de vida de um cidadão médio vai baixar. Vão sofrer. E as pessoas estão a questionar, na Grécia e em qualquer outro lugar: "Por que é que nós somos as vítimas? E os cortes nos gastos públicos afecta-nos a nós e não aos ricos? E por que é que os bancos não estão a ser punidos? Numa palavra, por que é que o sistema, o sistema criado pelo neoliberalismo, de desregulação, de legalização da especulação financeira, por que é que não está a ser travado?"

Vimos na Alemanha, ontem à noite, que a coligação no governo sofreu uma derrota pesada nas eleições regionais. E há uma grande pressão sobre Angela Merkel – Angela Merkel, a chanceler alemã demissionária pois perdeu a maioria na Câmara Alta (Bündesrat) e, portanto, não conseguirá implementar as suas 'reformas'. E os Sociais-Democratas, que estão agora na oposição, dizem que o sistema financeiro deve ser meticolosa-

mente reformado. É a declaração mais forte que ouvi de um Social Democrata na Europa. E é uma indicação de que o sistema está numa verdadeira confusão. A razão pela qual a União Europeia está a injectar tanto dinheiro é a de assegurar os mercados e impedi-los que continuem ou prevenir o que está a acontecer em Espanha e Portugal que estão no limiar.

Portanto, os gregos, as pessoas a lutar nas ruas gregas, estão a lutar por toda a Europa. Há alguns dias, puseram uma faixa enorme na Acrópole, o edifício histórico no centro de Atenas, que dizia: "Europa, junta-te a nós". E se os movimentos europeus de trabalhadores se juntassem, haveria uma mudança séria.

AMY GOODMAN: *Mark, tens escrito sobre a Grécia, seguindo a situação de perto. Qual é a tua análise sobre o que tem acontecido ali e o que é necessário acontecer?*

MARK WEISBROT: Bom, penso que o Tariq tem razão no que respeita à injustiça da tentativa de reestruturação da economia baseando-se, como sabes, na severidade para com os trabalhadores e com a maioria da população. Mas existe também uma irracionalidade nisto tudo, mesmo do ponto de vista dos detentores de títulos, do sector financeiro e de todo o sistema porque o que estão a fazer é criar um

recessão ainda pior. E isto é deliberado.

A teoria económica que eles estão a usar é designada por "desvalorização interna" porque estão a manter o Euro, e querem mantê-lo, então, o que fazem é criar desemprego suficiente para que os custos salariais baixem e a Grécia se torne competitiva, mesmo mantendo as mesmas taxas nominais de câmbio do Euro. Este é um processo que já dura há bastante tempo, é bastante duro e geralmente não resulta. De facto, as projecções do governo grego dizem que a sua dívida é agora 115% do Produto Interno Bruto (PIB), e se continuarem o programa e este funcionar, então, daqui a dois anos e meio terão uma dívida de 149% do PIB. Isto é verdadeiramente irracional e pode constatar-se a irracionalidade dos mercados financeiros porque estão a exigir mais cortes os quais vão agravar a economia. E o mesmo vale para Espanha, Portugal, Irlanda e Itália, os quase têm problemas semelhantes. Estão todos a ser empurrados para a recessão através deste tipo de programas. É realmente errado.

E, sabes, estive a debater com o ex primeiro-ministro grego, que foi responsável pelas 'reformas' dos anos 90 que prepararam a Grécia para o Euro. E ele acabou por dizer: "Bom, nós não podemos abandonar o Euro porque a Grécia é culturalmente incapaz de gerir os seus próprios assuntos económicos." Este é o tipo de atitude que tem. E estão a castigar a Grécia. Eu não lhe chamaria

salvamento financeiro (bailout); eu acho que eles estão a ser atirados fora de bordo. E estão a fazê-lo, bem, nem sequer é racional do ponto de vista da tentativa de resolver a crise porque estão a torná-la pior e o mesmo na Espanha, Portugal e Irlanda, e também Itália. Portanto, este é um problema que vão ter de resolver e não estão a fazê-lo.

AMY GOODMAN: Queria referir-me a um segmento de uma entrevista que fiz ao primeiro-ministro grego George Papandreou quando estávamos em Copenhaga. Ele estava aí para as conversações sobre as alterações climáticas. Questionei-o quando os protestos estavam justamente a começar.

AMY GOODMAN: Sr. Primeiro-ministro, falou sobre a economia da Grécia estar actualmente com problemas. Tem havido protestos nas ruas. Que diz o líder a Internacional Socialista ao primeiro-ministro da Grécia sendo que um e outro são o mesmo?

GEORGE PAPANDREOU: Estamos em conversações todos os dias. Nós, digo isto com certeza, por um lado, precisamos de dar a volta à nossa economia. Diria que temos de fazer desta crise uma oportunidade, deslocando-nos para uma economia verde. Precisamos de fazer reformas estruturais importantes porque nós – vejo os problemas fundamentais da Grécia como um Estado em era, tinha muita corrupção, corrupção sistémica, muito clientelismo, ou seja, favores políticos, dinheiro que era destinado a favores políticos. E isto minou o sentido de cidadania e a primazia da lei. Tivemos, portanto, muita evasão fiscal. E isso também...

AMY GOODMAN: A zona Euro, está a falar de sair?

GEORGE PAPANDREOU: Não, não estamos a falar de sair da Zona Euro. Aliás, o Euro ajudou-nos bastante ao afastar aspectos ainda mais negativos da crise, a crise mundial, a crise financeira. Nós somos... nós temos os nossos problemas internos. Estão a tornar-se mais graves devido à recessão financeira inter-

nacional porque se tivéssemos um PIB mais elevado, turismo e outras coisas, não estaríamos tão mal nesta situação. Mas sim, temos problemas internos.

Enquanto primeiro-ministro, estou a concentrar-me em concretizar estas mudanças mas através da ajuda àqueles que estão desempregados, àqueles que têm salários baixos, à classe média. Eles não têm culpa desta crise e, portanto, fazer cortes é um caminho difícil mas ao mesmo tempo estamos a assegurar-nos de que nos dirigimos ao crescimento e protegemos os mais desfavorecidos na sociedade.

AMY GOODMAN: Era o primeiro-ministro George Papandreou quando conversei com ele em Copenhaga em Dezembro. Além de primeiro-ministro é também o líder da Internacional Socialista. Qual é a tua resposta, Mark Weisbrot?

MARK WEISBROT: Bem, mais uma vez, eles estão a fazer cortes. Estão a levar a cabo estas medidas. Se se quer reduzir o tamanho do Estado, que eu duvido que seja necessário, não se faz isso durante uma recessão. Nós não fizemos isso aqui. Existe esse problema, é semelhante ao nível do Estado e dos Governos locais e é uma das razões por que o nosso programa de estímulo, mais uma vez, que é oposto às políticas que estão a ser prescritas para a Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda... O nosso programa dá dinheiro aos estados e aos governos locais para que estes não façam este tipo de cortes. Estávamos longe de ter isto e é uma das razões pelas quais a nossa recuperação é lenta e o desemprego continua alto. Mas ao menos fomos na direcção certa. Estão a dizer a estes países para irem na direcção oposta à nossa e isto é um problema fundamental. Uma vez indo por esse caminho, não se sabe onde se irá parar.

Por exemplo, eles fizeram isso na Letónia e na Estónia. Estes países, a Letónia já perdeu mais de 25% da sua economia e ainda tem uma dura e lenta recuperação pela frente, se recuperar. Uma vez mais, isto não tem sentido económico. E vão ter de mudar isto. Alguma coisa vai ter de ceder.

SHARIF ABDEL KOUDDOUS: Mark, apontaste a experiência dos países bálticos que seguiram as políticas da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), como um aviso ao que acontecerá à Grécia no futuro. Explica-nos o que querias dizer.

MARK WEISBROT: É ideia é, como disse, o processo de desvalorização interna. Então, em vez de se tentar crescer e sair da recessão, o que estão a fazer mas não com estímulo suficiente, estão a tentar encurtar a saída. A ideia é encurtar literalmente a economia e baixar os salários e os preços. E isso é porque, claro, na Letónia e na Estónia têm uma moeda vinculada ao Euro, e na Grécia eles têm realmente o Euro. Muita gente escreveu sobre o problema fundamental que é ter países com a Grécia no Euro porque é uma moeda sobrelavada para eles. E isso é um problema. É por isso que eles deviam considerar seriamente sair do Euro.

Se a UE, o FMI e o Banco Central Europeu (BCE), que são as partes com quem estão a negociar, não estão dispostos a proporcionar um programa que lhes permita crescer, mas em vez disso estão a dizer-lhe para encolher até ao dia em que a economia mundial os salvará através da procura das suas exportações, ou através de uma grande injeção de capital – o que não está no horizonte, isto é, a UE tem apenas 1% de projecção de crescimento –, portanto, se, de facto, eles não estão dispostos a permitir-lhes crescer e sair da recessão, o governo grego não deveria aceitar, podendo desvalorizar a sua moeda e renegociar a sua dívida que foi o que a Argentina fez no fim de 2001 e foi bem sucedida. A economia diminuiu em apenas um quarto e depois cresceu 63% nos seis anos seguintes.

AMY GOODMAN: Finalmente, queria perguntar-te se há alternativas.

MARK WEISBROT: Bom, uma alternativa é sair do Euro e renegociar a dívida e começar de novo em vez de se arrastarem nisto por anos e acabarem com uma dívida maior do que quando tudo começou. ★

Tradução de Sofia Gomes



Pobreza e RSI: o combate das ideias

POR JOSÉ SOEIRO

Este texto pretende ser um pequeno contributo para responder a algumas das questões que surgem mais frequentemente nas conversas que todos temos sobre estas questões.

Um dos problemas do combate à pobreza prende-se com os obstáculos culturais a uma abordagem séria do fenómeno. O senso comum está hoje impregnado de ideias falsas sobre os pobres. O RSI é uma medida sob ataque, e a esse ataque, reproduzido diariamente em conversas de rua e de café, é preciso opor uma pedagogia do esclarecimento e da reflexão. Sem ela, não ganharemos a hegemonia das ideias, condição fundamental de uma política de justiça.

Quais os factores que explicam a pobreza?

A pobreza é uma privação de recursos, desde logo materiais. Em Portugal, o modelo de desenvolvimento que temos produz activamente pobreza e o mais dramático é que, mesmo com o

conjunto de políticas sociais que foram sendo criadas, temos sido incapazes de alterar o modelo económico que produz a pobreza e a estrutura de desigualdade que a perpetua. Os principais factores de pobreza são, no nosso país, os baixos salários (uma família com 4 elementos em que os pais ganhem o salário médio, ou uma família monoparental, muito facilmente está abaixo do limiar da pobreza), o emprego precário (que também significa menor salário na maior parte dos casos), a inexistência ou insuficiência do subsídio de desemprego (no caso dos desempregados de longa e muito longa duração, mas também no caso de jovens que não têm direito a esse subsídio, ou de pessoas que o perderam entretanto) e as pensões baixas, muitas vezes resultantes, elas próprias, de carreiras contributivas de baixos salários. Por isso tantos estudiosos do fenómeno, como Bruto da Costa, insistem na ideia de que a pobreza é sobretudo um problema de políticas económicas, antes de ser objecto das políticas sociais.

Portugal tem mantido taxas de pobreza próximas de 20%, ou seja, cerca de 2 milhões de pobres - e a variação tem sido muito baixa. Mais de 1/3 dos pobres são reformados. E 22% dos pobres são empregados remunerados,

não apenas trabalhadores precários, mas também trabalhadores com contrato sem termo, mas com salários de miséria. 21,2% dos pobres são trabalhadores por conta própria. Ou seja, a esmagadora maioria dos pobres são trabalhadores - seja trabalhadores no activo, seja reformados.

E a pobreza reproduz-se e gera ciclos de vulnerabilidade social. Quem vem de uma família pobre, mais facilmente terá dificuldades no acesso e no sucesso no seu percurso educativo, e isso condiciona o seu acesso ao emprego e o seu salário, que condiciona os seus descontos, que condicionarão as pensões que terão no futuro. A pobreza gera também processos de exclusão, de desfiliação social, de desligamento do ponto de vista da cidadania, do acesso aos direitos, da participação social, das redes de sociabilidade, da participação política.

Com o RSI não estamos a dar “o peixe” em vez de dar “a cana e ensinar a pescar”?

A ideia de que existe uma oposição entre dar “o peixe” e “atirar dinheiro para cima dos problemas” ou dar “a cana de pesca” e permitir que as pessoas se autonomizem é uma ideia errada, baseada numa falsa oposição. É preciso

dar o peixe e dar a cana de pescar, isto é, as políticas de combate à pobreza devem incentivar e permitir a emancipação das pessoas, a sua capacitação. Mas ninguém se autonomiza se não tiver o mínimo para sobreviver. Ter “o peixe” é a primeira condição para se poder “aprender a pescar”. Sem redistribuição de rendimentos e sem assegurar que toda a gente tem o mínimo para subsistir, todas as políticas sociais são ineficazes, nomeadamente as que assentem na educação e na formação.

O RSI destina-se a pessoas que poderiam trabalhar mas não querem?

Não. Uma das ideias mais falsas que existem sobre o RSI é que a maioria dos beneficiários são “jovens com bom corpo para trabalhar” mas que se acomodaram preguiçosamente a essa prestação. Essa mentira, que é um discurso ideológico sem nenhuma sustentação na realidade, não resiste ao primeiro confronto com os dados concretos sobre quem beneficia do RSI. A maior parte dos beneficiários do RSI são crianças, idosos e trabalhadores com baixos salários. Assim, as crianças - uma parte significativa dos agregados que beneficiam do RSI - não podem nem devem trabalhar. Os idosos já trabalharam uma vida inteira - e recebiam tão mal que, ao fim dessa vida, têm uma pensão que não lhes permite sair da pobreza. E os outros já trabalham - mas ganham tão mal que, sem o RSI, não teriam como sobreviver.

Não existe o risco de as pessoas se acomodarem à situação de assistidos?

Em Portugal existe uma cultura de dependência do Estado, sim. É a cultura da burguesia rentista, que vive sem arriscar e apostando na privatização de monopólios naturais, na exploração de serviços sem concorrência e nos negócios com o poder político. Essa cultura deve ser destruída porque é parasitária do bem comum. A ideia de que alguém se acomoda ao luxo de uma vida com 89 euros por mês - que é o valor médio do RSI por pessoa - é uma ideia grotesca de quem não conhece a realidade. E

se a vida não oferece nada de interessante às pessoas para se sentirem úteis, há que perceber porquê. Talvez encontremos algumas explicações na ausência de emprego, desde logo, no alto nível de desqualificação e alienação da maior parte do trabalho existente em Portugal, nos níveis miseráveis de remuneração, na injustiça da economia, na falta de ligação dos serviços públicos com as pessoas, em particular as mais isoladas social e territorialmente, nomeadamente na área da educação e da cultura.

Em Portugal existe uma cultura de dependência do Estado, sim. É a cultura da burguesia rentista, que vive sem arriscar e apostando na privatização de monopólios naturais, na exploração de serviços sem concorrência e nos negócios com o poder político.

O RSI tem como objectivo integrar as pessoas no mercado de trabalho?

Sim e não. No que diz respeito aos idosos e às crianças, espera-se que não, ou recuaríamos muitos séculos. No que diz respeito a pessoas em idade activa, uma parte dos beneficiários já estão inseridos. Aliás, é a sua inclusão no mercado de trabalho a razão da sua pobreza. A exploração capitalista explica o seu baixo salário e a necessidade de terem de recorrer a este tipo de prestações. No que diz respeito aos outros, evidentemente que é muito importante as pessoas terem acesso ao trabalho. Ele é, para usar a expressão de Robert Castel, “o grande integrador”, porque dá um rendimento, confere, em princípio, autonomia e é fonte de identidade social positiva. O problema é que a situação de desemprego não tem a ver com a “ausência de vontade” dos desempregados, mas com a inexistência de empregos disponíveis no mercado de trabalho. Ou seja, mesmo que se esforcem, que arranjem planos de formação, os e as técnicas do RSI não conseguirão encaminhar as pessoas para o

trabalho remunerado porque ele não existe. Há mais de 730 mil desempregados em Portugal. E as ofertas de emprego são uns escassos milhares.

Há fraude no RSI? Não deveria haver mais controlo e fiscalização?

Há fraude no RSI, sim. Ela é menor do que, por exemplo, no subsídio de doença e ninguém defende que, por haver baixas fraudulentas, se acabe com o subsídio de doença! Calcula-se que possa haver 14% de fraude no RSI, a mais baixa taxa de fraude do conjunto das prestações sociais existentes. Mas desta, só 3% corresponde a falsas declarações, nomeadamente de rendimentos. É muito pouco. Aliás, o RSI é das medidas mais fiscalizadas. Imagine-se só que o RSI, tal como o Complemento Solidário para Idosos, são os únicos casos em que o Estado obriga automaticamente a que o sigilo bancário seja levantado quando a pessoa se candidata à prestação. O sigilo bancário, intocável para os ricos que fogem aos impostos - numa evasão fiscal calculada em 30 mil milhões de euros! - foi imediatamente aplicado aos mais pobres.

A fiscalização como acto burocrático dá nos “carimbos dos desempregados”, assimilados a criminosos com pulseira electrónica, humilhados por estarem desempregados, sujeitos a toda a violência do “mercado dos carimbos” que surgiu para responder às exigências “fiscalizadoras” do Estado.

A grande questão é se nós queremos ter uma política de combate à pobreza ou se, pelo contrário, queremos ter uma política de combate aos pobres. É muito fácil pegar em dois ou três casos e explorar a inveja social dos pobres contra os mais pobres e dos remediados contra os pobres. Mas o sentido da emancipação é a solidariedade e a dignidade de todos. E não há dignidade nem liberdade sem combate à pobreza. Esse combate precisa de medidas transformadoras da política económica. Mas entretanto, há que não deixar morrer à fome os que estão à nossa volta. ★

Novo movimento

SOS⁺SNS

WWW.SOS-SNS.NET

POR BRUNO MAIA

Nas horas de maior sofrimento e constrangimento social! Nas horas mais violentas em que nos roubam a vida aos poucos e nos condenam à incerteza de um futuro com avisos de austeridade. Em horas de aumento de impostos e cortes salariais para tod@s. Em horas de maior desigualdade, com gestores milionários e licenciados a pedinchar comida em casa dos pais. Em horas de hipocrisia, em que figuras sinistras que durante anos foram cúmplices de crimes de pedofilia são adoradas na rua e recebidas com honras de chefes de estado.

É em horas como estas que, por vezes, surgem pequenos fôlegos de esperança, pequenas esperanças de grandes alentos. Esta semana apareceu um blog novo, feito por profissionais de saúde em busca de um SNS mais justo e mais solidário. Ele moram em www.sos-sns.net e prometem dar que falar no futuro. Esta crónica é dedicada inteiramente a este novo movimento, por ora internetico mas que pretende alargar-se, e transcrevo o seu manifesto que pode ser lido on-line:

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem mais de 3 décadas e muitas conquistas. Foi a sua criação que permitiu tirar Portugal das listas negras da mortalidade infantil, aumentar a esperança média de vida em mais de duas décadas, disseminar a higienização do quotidiano a toda a população, diminuir drasticamente a prevalência de tuberculose, levar médicos/as e enfermeiros/as ao interior mais isolado do país, criar um plano nacional de vacinação para todas

Esta semana apareceu um blog novo, feito por profissionais de saúde em busca de um SNS mais justo e mais solidário. Ele moram em www.sos-sns.net e prometem dar que falar no futuro.

as crianças e trazer para Portugal o conhecimento científico mais avançado e a melhor tecnologia colocados ao serviço dos cuidados de saúde públicos. O SNS é uma conquista de Abril, da Liberdade e é, a par da escola pública, o mais importante instrumento de democracia que temos.

Outrora classificado pela OMS como o 12º melhor sistema de saúde do mundo, está hoje na mira dos interesses económicos e políticos que o querem ver destruído. Ano após ano, o orçamento da saúde distancia-se das reais necessidades deste sector - é o sub-financiamento crónico do SNS que dificulta, em primeiro lugar, o seu desenvolvimento. Faltam profissionais e os que existem estão sobrecarregados e mal-pagos. Grande parte dos médicos mais experientes - que faziam parte dos quadros dos hospitais públicos - já fugiram para a medicina privada, falta material em muitos serviços, faltam melhores instalações e condições em muitos hospitais. As acessibilidades são cada vez mais sinuosas, acumulam-se famílias sem médico e utentes em espera para uma

cirurgia. Faltam cuidados continuados e cuidados paliativos que respondam ao crescente envelhecimento da população. Aumenta exponencialmente o número de contratados a prazo nas unidades públicas de saúde e o número de profissionais que ficam afastados da sua carreira.

Actualmente só ganha quem se aproveita das debilidades do SNS: o sector privado - crescem os hospitais privados e as seguradoras e com eles cresce a desigualdade no acesso à saúde: quem quer saúde paga-a!

Não queremos cuidados de saúde para pobres que não podem aceder aos serviços privados, num SNS sub-financiado, cada vez com menos profissionais, menos resposta às necessidades e, do outro lado, uma medicina para os ricos, nas unidades privadas de saúde, abundantes em recursos tecnológicos e em luxo, excluindo pelo preço quase toda a população.

Nós escolhemos outro caminho, porque não aceitamos este ataque a um dos pilares básicos da democracia, solidariedade e justiça social.

E sabemos como o queremos triilhar: com o Serviço Nacional de Saúde, a única forma justa de fornecer cuidados de saúde à população, garantindo equidade no seu acesso. Só um SNS com investimento, com recursos, com profissionais valorizados, melhor equipado e organizado pode garantir algo que a medicina privada nunca fará: igualdade na saúde! Democracia na vida!

Com a emergência e a inquietação das grandes causas: SOS-SNS! ★

Bloco promoveu audição pública sobre Pobreza e Políticas Sociais

Na abertura da sessão, José Manuel Pureza, líder parlamentar do Bloco de Esquerda, realçou que esta audição pública decorre na semana em que vários ataques são feitos às políticas sociais, nomeadamente com o Projecto proposto pelo PSD que prevê a mobilização para trabalho gratuito dos beneficiários do subsídio de desemprego e um outro Projecto proposto pelo CDS-PP que pretende conferir um sentido mais restritivo ao Rendimento Solidário de Inserção (RSI).

Para José Manuel Pureza, estes Projectos que serão discutidos em sessão Plenária, representam uma “suspeição generalizada aos beneficiários”, estando também a “Direita apostada em penalizar os mais pobres e os desempregados”.

A socióloga Ana Cardoso destacou na sua apresentação a dimensão gravíssima da pobreza na sociedade portuguesa, afirmando que estas são “políticas que dizem respeito a todos nós” e que a “política social deve ser entendida numa lógica não de custo, mas sim de investimento”. A socióloga traçou ainda o retrato do RSI o qual apresenta quatro grandes fragilidades, no entender da investigadora. A saber, fragilidades ao nível da Segurança Social, como o processo de contratualização e de acompanhamento e insuficiências ao nível dos recursos; fragilidades inter-institucionais, sendo o RSI encarado unicamente como estando no pelouro da Segurança Social e não numa multiplicidade de Ministérios e Instituições Sociais; fragilidades ao nível de uma sociedade inclusiva, que segundo Ana Cardoso não existe em Portugal; fragilidades do sistema fiscal, como o combate à economia paralela.

Esta audição pública contou ainda com um espaço de debate e serviu para “prestar contas” ao nível dos vários Projectos de Lei apresentados pelo Bloco de Esquerda nesta temática. ★



POR CATARINA MARTINS

Não é possível debater o serviço público de rádio e televisão sem que se levantem questões sobre o poder. Tipicamente do uso que o poder político do momento faz dos órgãos de comunicação social públicos. E essa é uma questão inevitável, mas que não nos pode fazer esquecer uma outra: o serviço público de rádio e televisão é um instrumento de poder da população. E é como tal que deve ser defendido.

Este fim-de-semana, em Ponta Delgada, nas jornadas parlamentares do Bloco de Esquerda dos Açores, debateu-se o papel da RTP-Açores a partir da provocação: luxo ou necessidade? A resposta é clara: é um luxo que não nos podemos permitir não ter. Se uma análise meramente economicista nos diz que não podemos ter um jornalista dedicado a uma povoação que só tem 5.000 habitantes, a democracia exige o luxo de ter pelo menos um jornalista na ilha de Santa Maria. Que tem 5.000 habitantes.

Mas a defesa intransigente do serviço público de televisão só tem sentido se acompanhada de exigência. Uma RTP completamente centralizada e paternalista, que condena a RTP-Açores a um trabalho necessariamente minorizado por falta de meios e de autonomia, não pres-

ta serviço público. A RTP, serviço público, tem de ser capaz de produzir diversidade de conteúdos, de ser alternativa, de nos dar a conhecer. Esse é o serviço público que defendemos.

É bom lembrar que a RTP só tem um canal em condições de cumprir de facto serviço público: a RTP 1; o único canal que é visto em todo o território nacional em sinal aberto. A RTP-Açores só é vista nos Açores, a RTP-Madeira, só é vista na Madeira, o canal 2, fora do continente, só está disponível por cabo. E RTP-N, RTP-Memória, RTP-Internacional, RTP-África só são vistas por quem pode pagar.

A defesa do serviço público de rádio e televisão enquanto instrumento de poder ao serviço da população tem de se inscrever numa lógica de exigência de acesso ao conhecimento em duplo sentido: tendo acesso ao que todo o mundo produz e tendo acesso a difundir o que se produz em cada local. O acesso ao conhecimento só é arma de poder quando é também partilha.

Debater esta questão numa região ultraperiférica - e com uma nuvem que impede as ligações aéreas num reforço eloquente do significado de periferia - só reforça a sua centralidade. Afinal, quanto nos conhecemos? ★



Liberdade 2010

A LIBERDADE ESTÁ A ACAMPAR POR AQUI
S. PEDRO DO SUL 21 - 25 JULHO 2010

ACTIVISMO | DEBATES
DESPORTO | CONVÍVIO
FESTAS | TEATRO | LAZER
PASSEIOS

INSCRIÇÕES 213510510
acampamentoliberalidade@gmail.com
www.esquerda.net